

Projecto-Resolução n.º 222/XV/1ª

Recomenda ao Governo a criação e implementação de um Programa para a
Mobilidade de Transporte Escolar

Exposição de motivos

Nas escolas portuguesas existe uma enorme carência na organização dos transportes escolares, quer sejam eles coletivos ou particulares, e as necessidades existentes são tão diversificadas quanto os territórios.

A cada início de ano letivo, as famílias com crianças e jovens em idade escolar são confrontadas com uma grande dificuldade e preocupação: o transporte a ser usado no trajeto diário, entre a residência e a escola.

Considerando as assimetrias existentes no país, as dificuldades são de origem variada e dependem das características físicas, económicas e sociais de cada território, nomeadamente se estão localizados no litoral ou interior, se estão em grandes ou pequenos centros urbanos, mas também das características dos próprios agregados familiares, nomeadamente a sua condição económica e a existência ou não de uma rede de apoio familiar.

A crise provocada pela pandemia, veio criar dificuldades económicas, que se repercutiu também ao nível do transporte escolar, pois a utilização dos transportes coletivos era um fator de risco acrescido, o que obrigou muitas famílias a utilizar o meio de transporte individual.

Quando se iniciava um período de recuperação económica, as famílias foram confrontadas com uma crise ainda mais severa de perda de rendimento, resultante da guerra na Europa e que continua a criar dificuldades económicas acrescidas para todos, agudizando ainda mais as dificuldades das famílias com filhos em idade escolar.

O aumento dos preços da energia e o galopante aumento dos preços dos combustíveis, torna insustentável para muitos orçamentos familiares continuar a assegurar o transporte dos seus filhos.

Esta crise energética deve ser uma oportunidade para a procura de novas soluções que permitam a criação de meios alternativos e sustentáveis de transporte Casa – Escola – Casa, possibilitando a concretização de um completo e importante plano de ação na área das energias renováveis e da mobilidade escolar.

Estamos por isso perante um problema que requer um estudo sério e aprofundado para elaboração de um projeto de mobilidade que seja adequado a cada um dos agrupamentos escolares existentes no país.

A resolução destes problemas passará por arranjar soluções adaptadas às particularidades de cada território, através da avaliação in situ, sustentada na participação dos diversos intervenientes, na procura das melhores soluções de transporte, conseqüente avaliação dos resultados e propostas de melhoria, e em articulação com a população escolar e local.

Assim, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentalmente aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido CHEGA, recomendam ao Governo que:

- 1) Proceda à criação de um grupo de trabalho que desenvolva:
 - a) Diagnóstico e levantamento da situação atual e conseqüente definição dos objetivos por Concelho e Freguesia;
 - b) A criação de uma rede de transporte escolar sustentada um plano de ação que envolva os diversos intervenientes - pais, professores, técnicos, Juntas de Freguesia, Câmara Municipal, Agências de Energia e Ambiente.
- 2) Proceda à implementação do Programa para a Mobilidade de Transporte Escolar no ano letivo 2023/2024.

Palácio de São Bento, 14 de Setembro de 2022

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes - Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa